

Destaque

Geração parva Descontentamento não é reflectido pelos partidos e pelos sindicatos

Uma “manif” de rua para mostrar que “o país é que está a ser parvo”

O primeiro protesto “apartidário, laico e pacífico” da “geração parva”, marcado para 12 de Março, em Lisboa, colhe apoios no Facebook

Natália Faria

● São 14 horas e 4 minutos de sábado, 12 de Fevereiro, e 1377 pessoas já anunciaram que vão participar no protesto da geração à rasca, marcado para 12 de Março, na Avenida da Liberdade, em Lisboa. No Facebook lê-se que o protesto vai ser “apartidário, laico e pacífico”. A ideia é juntar todos os que não têm emprego, nem salários. Os que se arrastam de estágio em estágio e nunca receberam um subsídio de férias, sequer de desemprego porque nunca descontaram para isso. Os que adiam a vida na incerteza dos recibos verdes. Os que, mesmo superqualificados, resistem a emigrar. Os milhares de jovens que compõem a “geração sem remuneração” de que fala a música dos Deolinda, cuja letra surge transformada em canção de protesto, hino geracional, o que se lhe queira chamar, o importante é juntar muita gente no dia 12 de Março, para mostrar que chegou o momento de dizer basta.

“Sempre que fazemos um *refresh* na página, há mais pessoas a clicar no sim, vou participar. Queremos abrir os olhos à sociedade, porque, afinal, somos a geração mais qualificada de sempre e o país é que está a ser parvo

por não aproveitar as nossas potencialidades”, diz João Labrincha um dos organizadores da “manif” 27 anos, licenciado e desempregado mas sem subsídio porque o que deixou para trás foi um estágio profissional, garante que não conhece ninguém com contrato de trabalho sem termo. “As pessoas que eu conheço ou estão desempregadas ou são precárias, subcontratadas, bolseiros, e todas têm o futuro numa incerteza completa.”

O retrato “à la minuta” da geração também pode ser tirado a partir do cenário em que se move a realizadora Raquel Freire que já aderiu ao protesto. “Cerca de 60 por cento dos meus amigos licenciados estão a trabalhar em lojas ou em *call centers* a ganhar 400 euros. Depois, há os 10 por cento que se safaram e que estão bem e o resto emigrou.”. Raquel que, quando não está a fazer filmes, dá aulas, teve no ano passado um rendimento médio mensal de 400 euros por um horário incompleto. Tem 37 anos, um filho, nunca assinou um contrato de trabalho na vida. “Eu deixei de pagar Segurança Social há uns anos porque simplesmente não é possível. E nos últimos anos voltei a ter um activismo mais concreto, porque me dói onde dói a toda a gente: no básico, no pão,

Os Deolinda no concerto de 29 de Janeiro



Joana Barros

Bolseira, 35 anos, um doutoramento em cancro e 11 anos de bolsas

Dizemos-lhe que procuramos um bolseiro de investigação científica que viva de bolsas atrás de bolsas, sem nunca ter vínculo com uma instituição. “Sou perfeita para esse perfil”, diz Joana Barros, coordenadora da Associação Viver a Ciência, em Lisboa, dedicada à divulgação científica. Mas, no caso de Joana, trata-se de uma escolha. Começou como bolseira em 1999, após o curso de genética molecular, no King’s College, em Londres. Entrou no programa de doutoramento do Instituto Gulbenkian de Ciência, para investigar a biologia celular e molecular do cancro. Nesses cinco anos, grande parte dos quais no Instituto de Investigação do Cancro em Londres, teve uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Voltou em 2004, com uma decisão tomada. “Sabia que não queria ir para a bancada do laboratório. Não gosto de ir ao detalhe do detalhe e a vida no laboratório é maçuda.” Escolheu a divulgação científica. “Serve o meu gosto pelo conhecimento. Mas optei pelo caminho mais difícil.” É que além de os bolseiros descontarem para a segurança social só com base no salário mínimo ou não terem subsídio de desemprego — não há muitas instituições que lhe permitam seguir essa opção. Com uma bolsa de pós-doutoramento da FCT, nos últimos seis anos desenvolveu projectos



de divulgação na associação. Aguarda a decisão de outra bolsa, por mais três anos, para documentários de ciência. Apesar de a associação não poder contratá-la, vê o lado bom das coisas. “A minha situação de insegurança prende-se com o que quero fazer num país sem muita cultura científica. Não quero viver precariamente, mas, para o que quero fazer, não tenho outras soluções.” Porque quer divulgar a ciência? Para que haja mais casos como o do instituto onde trabalhou em Londres, financiado só com doações dos cidadãos. “Como têm uma cultura científica boa, entendem que faz falta dinheiro para investigação básica”, diz. **Teresa Firmino**

Doutorandos mais do que duplicaram em seis anos

Aposta em mais diplomados vai continuar

● Terá o sistema de ensino crescido demais? Ou de forma desadequada? O percurso de Portugal tem sido várias vezes destacado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). É dos países que, nas últimas décadas, mais viu crescer o contingente de alunos nos bancos das universidades (no ano passado havia mais de 380 mil em diferentes tipos de formação superior — mais 22 por cento do que 14 anos antes). E agora isso está a acontecer também nos graus mais avançados. Só entre 2004 e 2010 o número de estudantes de doutoramento subiu 134 por cento — para 16 mil.

Nos mestrados havia então 45 mil alunos — quase o triplo de 2004. Se este último número se explica, em grande medida, com as mudanças na estrutura dos cursos (hoje, na sequência do processo de Bolonha, a maior parte dos alunos faz o mestrado logo depois da licenciatura), já no que diz respeito aos doutoramentos podemos estar perante um fenómeno diferente. “Criou-se uma cadeia de progressão e as pessoas que acabam o mestrado e não têm emprego optam por continuar a estudar, desde que haja bolsa. É um adiamento da entrada no mercado de trabalho”, diz Alberto Amaral, presidente Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. E isso é mau? “Haverá um período de desfasamento, o mercado não vai absorver já. Mas se o país não tiver essas pessoas disponíveis nunca mais vai dar o salto em frente.”

O reitor da Universidade de Lisboa e historiador da Educação, António Nóvoa, lembra que “até há pouco

tempo o doutoramento era um grau que só se fazia quando se queria ir para professor universitário, o que não fazia sentido”. Admite, no entanto, uma perversidade: tem sido mais fácil aos governos “ter uma política de bolsas de doutoramento, de contratos precários ao nível da investigação do que reforçar as instituições e dar-lhes condições de recrutamento para terem um corpo docente e de investigação estável”.

Aquém da OCDE

Apesar de há alguns meses as ordens dos médicos e dos advogados terem alertado para o excesso de oferta no sector, há quem garanta que este não tem crescido em excesso. A começar pelo Governo que acordou com as universidades “um aumento de cerca de 60 mil diplomados” até 2014. “As instituições deverão multiplicar a formação pós-graduada, as possibilidades de ensino à distância, os ciclos de estudo organizados em regime pós-laboral...”, diz António Rendas, presidente do conselho de reitores.

É certo que nos últimos 30 anos foi preciso dar resposta à massificação do ensino, que houve falhas na avaliação da qualidade e que, segundo Alberto Amaral, “as instituições de ensino não tiveram estratégia — todas faziam a mesma coisa: se era gestão que atraía alunos, todas tinham gestão...”. Ainda hoje, diz, “há mais de 500 cursos de formação de professores e para o próximo ano as instituições querem abrir mais 70”. O que não se justifica.

Também é verdade que há erros que persistem: “Constitucionalmen-

te não é possível fechar um curso de uma entidade privada, que tenha qualidade, mas baixa empregabilidade.” Não é aqui, contudo, que está a raiz do problema, acredita José Reis, economista, ex-secretário de Estado do Ensino Superior. “Houve alguns desequilíbrios — e quando fui secretário de Estado recusei mais de 500 cursos — mas se o problema fosse apenas de desadequação de formações, a coisa fazia-se. Tivéssemos nós um mercado de trabalho ansioso por diplomados e teríamos licenciados em História a requalificarem-se para funções diversas”, usando a capacidade cultural e de organização adquirida no ensino superior.

“Fizemos um investimento fortíssimo na educação, que é preciso continuar a ser feito porque temos ainda níveis de qualificação muito abaixo da Europa”, diz Nóvoa. O último relatório da OCDE sobre o sector (*Education at a Glance 2010*) confirma o desfasamento, mesmo quando se fala das camadas mais jovens: 23 por cento dos portugueses entre os 25 e os 34 anos têm formação superior, quando a média da OCDE é 35 por cento.

O medo de Nóvoa é que o país, com o discurso da “geração que até para ser escrava” precisa estudar, recue. “Os outros, como a Alemanha, continuam a fazer fortes investimentos, o meu grande receio é que este discurso recupere o pior da matriz portuguesa do século XX: pobrezinhos, com pouca escola, o discurso salazarista do ‘não queiras subir acima da tua chinela, fica-te lá contentinho com a 4.ª classe’. Era o pior que nos poderia acontecer.” **Andreia Sanchez**

o, no Coliseu

FOTOS: NUNO FERREIRA SANTOS



não há dinheiro para comer.” É “a proletarianização da burguesia portuguesa, mas é mais do que isso: é uma geração inteira que está condenada a não ter condições mínimas para viver em dignidade”, diz Raquel Freire.

Quem fizer um zoom à “manif” de 12 de Março vai lá encontrar também o jornalista João Pacheco. Tem 30 anos, um filho de dois e, desde 2007, um prémio revelação na profissão que exerce desde 2005. Nunca teve contrato de trabalho, sequer a termo certo, nunca saiu dos recibos verdes, vive numa casa que foi paga pela mãe. “Fiz 30 anos em Janeiro e acredito que, se tivesse 40 ou 50, com o reconhecimento profissional que tive, estaria a viver bem. Mas, se agora tivesse que viver só do dinheiro do meu trabalho, se não tivesse o apoio da família, já tinha desistido.” João conversa com o PÚBLICO meia hora depois de se ter “amigado” com o protesto da geração à rasca no Facebook. “Acho que há aqui um fenómeno de imitação do que se passa nos países árabes.” Há diferenças: “Não levamos porrada da polícia como na Tunísia mas, como eles, estamos reféns. A minha geração está toda refém da chantagem ‘é isto ou não é nada, é isto ou é o desemprego’.”

Por isto entenda-se a precariedade laboral, os estágios sucessivos, a impossibilidade de comprar casa ou carro ou de sustentar um filho. O INE diz que no último trimestre de 2010 havia 68.500 desempregados com licenciatura. Aqui não entra o milhão que, segundo o movimento Fartos/as d’Estes Recibos Verdes, estão com falsos recibos verdes. Juntam-se-lhes os dependentes das empresas de trabalho temporário, os bolseiros e os eternos estagiários e a precariedade aproxima-se dos dois milhões. Os que, de fora, procuram sintetizar esta geração sugerem rótulos para todos os gostos e feitios. Geração canguru, por tardar a sair de casa dos pais; nem nem, porque nem trabalha nem estuda; mileuristas, que vem de Espanha e só com boa vontade se pode aplicar a Portugal porque a média salarial dos que trabalham nem sempre atinge os 500 euros. Certo, certo: “Há uma bolha de raiva que está a crescer e que vai rebentar. A minha dúvida é se as pessoas vão continuar a optar pelos antidepressivos, pela autodestruição, ou se vão começar a exigir cabeças e, a ser assim, espero que as exijam através do voto e dos movimentos democráticos”, vaticina João Pacheco.

O risco é que o ressentimento geracional descaem em violência. “Há um crescente descontentamento, marcado pela recusa de um certo enquadramento e de uma certa filiação ideológica, que evidencia a incapacidade das forças organizadas – sindicatos, partidos... – se assumirem-se como canais para onde estas vozes descontentes possam direccionar-se”, analisa o sociólogo Elísio Estanque, para concluir: “Não havendo enquadramento, o risco de explosão social é maior.”

Com ou sem violência, se a revolução não se der, quem sai a perder é o país, segundo Raquel Freire. “Se esta geração não fizer o que fez a geração do 25 de Abril, que é dizer basta e mostrar claramente ao poder político que já foi escravizada que chegue – porque é disso que se trata, quando não se tem os direitos sociais básicos que se tinha há 10 anos –, a alternativa será a emigração e, com isso, está-se a matar 30 anos de desenvolvimento do país.” Dito de outro modo: “O país arrisca-se a perder a geração mais bem preparada de sempre, aquela que tinha condições para o fazer avançar e para impedir que nos transformemos no bordel de férias dos ingleses e dos alemães.”

A canção fala por si

Comentário



Vítor Belanciano

● E não se fala de outra coisa. De uma canção chamada *Parva que sou*, do grupo pop português Deolinda, estreada há duas semanas nos concertos dos Coliseus de Lisboa e Porto.

Diz quem esteve nos espectáculos que a referida canção provocou uma genuína emoção em quem a ouvia pela primeira vez, em particular o refrão “que mundo tão parvo / onde para ser escravo é preciso estudar”. Através da disseminação viral na Internet a canção foi rapidamente adoptada pelos mais diversos protagonistas, sendo apelidada de “hino geracional.”

Curiosamente, ao longo de dois álbuns, os Deolinda criaram canções simples que, como foi escrito neste jornal por Mário Lopes há meses, retratam “um certo espírito português que barafusta e vocifera por mudança mas, infelizmente, está sempre demasiado ocupado com ‘coisas’ por concretizar.”

O grupo parece ter sido apanhado de surpresa pelo sucedido. De tal forma que se remeteram ao silêncio. Também

nós tentámos chegar à fala com eles, mas não foi possível. A forma que o grupo encontrou para comunicar com o exterior foi num comunicado onde se confessam surpresos pelas proporções que a letra adquiriu, mostrando-se agradados por “perceber que uma canção está a suscitar debate e diálogo em volta de um assunto actual e que julgamos da maior pertinência”. Mais ainda. Dizem ter ficado felizes por constatar que a “música continua a ter este papel na nossa sociedade.”

E mais não dizem, porque, segundo eles: “Não precisamos de dizer. A canção fala por si.” É uma opção. Na mesma posição outros fariam, precisamente para garantir, até onde isso é possível, que a sua música não é alvo de apropriações ou de interpretações que escapem à

*É como se Parva
que sou fosse a
a manifestação
de uma verdade
que já existia,
mas que ainda
ninguém, de forma
colectiva, conseguira
expressar*

órbita que foi por eles definida.

Os Deolinda dizem para o público fazer o que quiser dela. E o público assim fez, projectando-se nela, retirando dela o que lhe apeteceu, começando a falar de tudo e mais alguma coisa, a partir da canção. Uma das coisas que se fez foi tentar encontrar filiações entre os Deolinda e a canção de protesto de Zeca Afonso ou José Mário Branco. Não parece fazer sentido.

A tentação política na música é uma constante da história. Nos anos 60, era a coisa mais normal do mundo ouvir um músico dizer que queria mudar o mundo. Hoje quando um músico diz que quer mudar o mundo é apelidado de cándido ou arrogante.

Mas, mesmo quando a música não é frontalmente política, pode antecipar, promover ou reflectir desejos de mudança. O que aconteceu com a canção dos Deolinda parece entroncar nesta última hipótese. Foi a canção certa, de um grupo popular, num momento incerto da história de Portugal, acabando por representar desejos de mudança que já estavam presentes no subconsciente colectivo de alguns. É como se *Parva que sou* fosse a manifestação de uma verdade que já existia, mas que ainda ninguém, de forma colectiva, conseguia expressar.

Nenhuma canção fala por si. Agora a forma como a ouvimos e nos apropriamos dela revela o que somos, o que desejamos, o que pensamos sobre nós, os outros, Portugal e o mundo.

PUBLICIDADE



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

PROGRAMA DOUTORAL EM BIOMEDICINA INTEGRATIVA

Está aberto o Concurso para o ano académico de 2011 do Programa de Doutoramento em Biomedicina Integrativa, organizado pelo Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC) com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Aceitamos candidatos de qualquer área de investigação, além de Biologia e Medicina, sem limite de idade e que se encontrem em qualquer nível profissional, quer recém-licenciados quer profissionais com experiência.

As candidaturas devem ser enviadas até ao dia 15 de Março, através do site www.igc.gulbenkian.pt/node/view/32

Os candidatos seleccionados terão acesso a Bolsas de Investigação, a 6 meses de aulas e seminários com investigadores prestigiados, estrangeiros e portugueses, que lhes permitirá conceber e desenvolver o seu próprio projecto de tese. Os alunos com aproveitamento terão acesso a Bolsas de Doutoramento.

Regulamento e informações disponíveis em www.igc.gulbenkian.pt/node/view/25